
Feminismo negro e a interseccionalidade no Brasil: um olhar sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho

Dheniffer Luiz Rodrigues
Cláudio Kieffer Veiga

Resumo: Nota-se que a desigualdade causada por gênero e raça está expressa e reflete no dia-a-dia das mulheres, principalmente das mulheres negras. Neste sentido, a presente reflexão tem como objetivo demonstrar, atualmente, o lugar da mulher negra no mercado de trabalho e sua situação neste ambiente tão marcado pelas desigualdades de gênero, social e racial. Primeiramente será abordado um breve apontamento sobre o feminismo negro no Brasil e seu marco em 1980, pois para entender a situação da mulher negra no mercado de trabalho, é necessário compreender o sofrimento histórico. Após é trazida para reflexão a inserção da mulher negra no ambiente de trabalho, na expectativa de que, para quais mulheres o mercado de trabalho está direcionado, levando em consideração as questões de aparência e educação. Mas para que possa compreender o lugar da mulher negra neste cenário, é necessário abordar a diferença de gênero e raça, bem como as conquistas dos projetos feministas. Por fim, será refletido sobre o lugar da mulher negra no cenário atual do mercado de trabalho, tendo em vista a importância da trajetória socioeconômica dos indivíduos. Além disto, esta pesquisa tem o objetivo de demonstrar também, as funções as quais a mulher negra se encaixa no atual cenário, em virtude do preconceito histórico, carregado com a sua chegada no país, na posição de escrava. A metodologia aplicada nesta pesquisa foi o levantamento de dados coletados pelos órgãos de pesquisa, bem como leituras bibliográficas para melhor esclarecimento dos aspectos sociais causadores da discriminação da mulher negra no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulher negra; Ambiente de trabalho; Racismo laboral.

1 INTRODUÇÃO

A partir de um breve estudo sobre as desigualdades de gênero e raça no ambiente laboral, o presente artigo busca a reflexão, destas discriminações que fazem parte da sociedade brasileira, construída historicamente de diferentes maneiras. Nos últimos anos o movimento das mulheres

ganhou novos espaços, bem como visibilidades nas relações sociais. Entretanto, apesar do crescimento da luta das mulheres negras contra a discriminação racial, elas ainda sofrem com as desigualdades nas relações de trabalho.

Ao longo da sua vida, a mulher é marcada pelo preconceito e subalternização, devido aos fatos históricos e fundamentos que foram utilizados para justificar a subordinação dela perante o homem. Ao mesmo tempo, o trabalhador sempre foi visto pelo poder do capital na condição de um mero instrumento para o atingimento de um fim para o sistema capitalista, isto é, o acúmulo de riquezas. Deste modo, torna-se importante perceber que através da desvalorização do trabalhador, ele torna-se um ser vulnerável, fato que ocorre com as mulheres, tendo em vista a realidade marcada pelas expressões da questão social.

Para que se possa entender o lugar da mulher negra no mercado de trabalho, a primeira seção deste artigo trará a contextualização da história destas mulheres que foram escravizadas e o marco do feminismo negro. É perceptível que a mulher era tida como objeto, tanto mulheres negras como as brancas, a diferença é que as mulheres brancas eram destinadas ao matrimônio e as mulheres negras eram subordinadas à condição de escravas.

Diante dessas considerações e com a explanação histórica, poderemos entender a partir da segunda seção a inserção da mulher negra no mercado de trabalho e a diferença entre gênero e raça perante as discriminações laborais. No entanto, será elucidado o lugar da mulher no mercado de trabalho atualmente, tendo em vista a luta pela opressão e melhores condições de trabalho.

2 FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: UM PEQUENO HISTÓRICO

A constituição desse movimento exercido pelas mulheres negras da sociedade brasileira explora a classe e a discriminação racial, a qual constitui elementos básicos para lutas pertencentes às mulheres de uma etnia subordinada. Neste sentido, foi dentro de uma comunidade escrava e de resistência, que foram desenvolvidas formas político-culturais, as quais até hoje continuam na luta de muitos séculos por libertação.

O Feminismo Negro é um movimento, que no Brasil, deu-se início ao final da década de 1970, com o objetivo de trazer a visibilidade e reivindicações dos direitos das mulheres negras, começando a ganhar força nos anos 1980,

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de mulheres negras. (MOREIRA, 2007).

No entanto, o problema se encontrava na falta de representação deste grupo nos movimentos sociais hegemônicos. De uma forma não universal e crítica, as mulheres negras vêm pensando sobre a categoria mulher, baseada na história. Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas. Essa diferença radical fazia toda a diferença. (RIBEIRO, 2016).

A partir da percepção de que a mulher negra, além da subordinação à figura masculina, também estava em posição servil à mulher branca, a conscientização a respeito das diferenças femininas foi ganhando mais corpo. Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras carregavam nas costas o peso da escravidão,

Nesse sentido, contradiscursos e contra narrativas não são importantes somente num sentido epistemológico, mas também no de reivindicação de existência. A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensa saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos. A ausência também é ideologia. Muitas feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras. (RIBEIRO, 2016).

A falta de um olhar étnico-racial coloca a mulher negra em um lugar, o qual, somente a interseccionalidade¹ permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimentos de outras. O racismo constitui a inferioridade social dos negros da população em geral e mais ainda das mulheres negras, atuando na luta das mulheres pelos privilégios que se estabelecem para as mulheres brancas. O racismo tem produzido ao longo da história desigualdades sociais aos mais vulneráveis na sociedade brasileira,

Nesse sentido, o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão

¹ Para entender a interseccionalidade é preciso romper com a estrutura de que raça, classe e gênero não são categorias pensadas de forma isoladas, não podendo haver primazia de uma opressão sobre as outras. As circunstâncias discriminatórias, nas quais os fatores se intersectam vão além de se atingir indivíduos e grupos. Também refletem na maneira como se operam as estruturas de subordinação. (SILVA, 2016).

brasileira, é um exemplo dessa disparidade. (CARNEIRO, 2003).

Há um impacto inegável na qualidade de vida da mulher negra devido à interseccionalidade mais perversa no mercado de trabalho, no qual ela sofre mais perversamente os efeitos do racismo e das desigualdades no seu cotidiano.

2 A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Qual é a grande questão quando falamos de feminismo e nesta evolução de igualdades dentre os gêneros? Quais mulheres exatamente estamos nos referindo? Quais são as mulheres que lutam para terem igualdade ao homem no ambiente de trabalho? E, a quais funções exatamente estamos falando? Pois quando se é falado sobre a população de mulheres negras no mercado de trabalho, pode-se observar o retrato de desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira.

As mulheres negras fazem parte de um grupo que já trabalhou durante séculos, na condição de escravas, em muitas situações exercendo as mesmas atividades que os homens, como nas lavouras. Tratadas como um objeto, como prostitutas que por sua vez, serviam a frágeis sinhazinhas e aos senhores de engenho tarados, e que nunca foram vistas como rainha de algo, pois o modelo retratado como de “mulher perfeita”, é da mulher branca. Este grupo, o qual está sendo referido, não entendeu nada quando as feministas (mulheres brancas) saíram às ruas requerendo o direito de trabalhar. (CARNEIRO, 2011).

No entanto, é inevitável refletir, no que se refere a oportunidades de emprego, para qual tipo de mulher está sendo direcionado o mercado de trabalho no momento em que um anúncio, por exemplo, refere-se a exigir “boa aparência”, tendo em vista que a mulher negra, em razão de toda desigualdade construída historicamente, faz parte de uma seleção de padrão excludente. (PINTO, 2006).

A chegada da mulher negra no país, na posição de escrava, conseqüentemente construiu a imagem de que elas são capazes de suportar tudo, associadas como fortes e sexualizadas, no entanto, quando se fala em mercado de trabalho, elas são associadas a determinadas profissões em decorrência do preconceito histórico.

O preconceito na sociedade brasileira assume diversas formas, uma das mais evidentes é referente ao mercado de trabalho. O racismo dentro da esfera do trabalho é constatado por meio de estudos comparativos, desde o rendimento mensal até características como: tipos de trabalho; ter carteira assinada ou não; permanência no mercado de trabalho. (FERNANDES, 2018).

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por desigualdades de gênero, gerando obstáculos para a inserção igualitária de mulheres negras. Para que essas desigualdades possam ser superadas, é essencial que haja o conhecimento e o entendimento sobre os problemas vividos por este grupo.

2.1 DIFERENÇA DE GÊNERO E RAÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Ao longo da última década, cansadas por toda opressão, ouviu-se falar muito sobre a luta das mulheres por igualdade entre os gêneros, demonstrando, assim, toda revolta a todos os mitos, os quais visam que a mulher seja vista como frágil, com intelecto limitado e confinada ao ambiente doméstico. (LIMA, 1995).

Com as conquistas dos projetos feministas por igualdade nas diferenças, houve a construção de diversas formas de se relacionar e agir, o que tem permitido aos “homens se libertarem do peso do machismo e às mulheres se libertarem do imperativo feminismo”, (ARAÚJO, 2005), tendo em vista que ambos têm sentimentos e que estes podem ser demonstrados, independente do gênero.

O conceito gênero pode ser utilizado para analisar a questão de igualdade e diferença entre os seres humanos, tendo em vista que os mesmos não são iguais biologicamente. No entanto, devido a este fator biológico, desde os tempos antigos, concluiu-se que as mulheres eram inferiores ao homem, seja pela questão da força física, seja pela religião, a qual identificava a mulher como um subproduto do homem, ou pela cultura, motivo pelo qual foi construído um papel de submissão à mulher em relação ao homem, servindo-as apenas para o ambiente doméstico. (SILVA, 1993)

Sendo assim, é possível agregar as noções de raça e gênero, na dimensão das noções de espaço das relações sociais. Com o passado escravista da sociedade brasileira, Sueli Carneiro, refere-se à correlação entre gênero e raça uma subalternização do gênero segundo a raça,

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho endurecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das

mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica. (CARNEIRO, 2003).

Conforme o reflexo das condições em que as mulheres negras estão inseridas no mercado brasileiro, a desigualdade por gênero e raça, não retrata nenhuma inovação sobre o fato de que estas mulheres ganhem menos que os homens no Brasil. Elas saem do mercado mais tarde, se aposentam em menores proporções que os homens e há mais mulheres negras idosas que não recebem aposentadoria nem pensão. (PINTO, 2006).

2.2 A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho representa uma etapa importante na trajetória socioeconômica dos indivíduos, no entanto, é uma base de análise das desigualdades, tendo em vista que, o acesso a determinadas funções formais, bem como quanto ao ingresso, gera um forte efeito na trajetória subsequente dos indivíduos. No que tange as características educacionais, estão interrelacionados com a discriminação de gênero e raça. (CINTRA, 2016).

A população negra sempre foi deixada a margem na sociedade brasileira, tendo em vista o sistema escravista, no qual foram retirados de sua origem para torná-los escravos, justificado pela classe dominante como um favor “tirando-os da ignorância em que viviam” através principalmente da conversão obrigada ao cristianismo. (SANTOS; CANUTO, 2017). No entanto, por terem passado por todo esse sofrimento histórico, após a escravidão, a dificuldade para se alocar na sociedade como trabalhadores aumentou, tendo em vista que em muitos lugares sua mão de obra foi trocada por imigrantes, causando ainda mais dificuldades para as mulheres negras, as quais são vistas de modo sexualizado. (CARNEIRO, 2003)

Deste modo, as mulheres negras estão dentre o percentual dos mais pobres da sociedade brasileira, em virtude de todo processo histórico de exploração e opressão, e que devido a este fator tiveram que ingressar no mercado de trabalho mais cedo do que o esperado, não tendo na maior parte das vezes, a oportunidade de estudar e se qualificar, assim submetendo-se a profissões informais e menos qualificadas, bem como baixos salários.

As mulheres negras são a parcela mais pobre da sociedade brasileira. No mercado de trabalho elas possuem as condições de trabalho mais precárias, tem os menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego. Em grande maioria ocupam cargos inferiores, subalternos, desvalorizados, com baixos salários, devido a pouca qualificação profissional por falta de oportunidades, têm maior dificuldade de completar a escolarização, além de possuir chances ínfimas de chegar a cargos de direção e chefia que refletem a baixa qualidade de vida social. (SANTOS; QUEIROZ; LUZ e OLIVEIRA, 2017).

As barreiras sociais, causadas pelo reflexo das desigualdades sociais e raciais, mesmo com o avanço da globalização e dos direitos das mulheres negras, ainda assim necessitam de alterações significativas, tendo em vista que as pesquisas apontam que as mulheres recebem menos que os homens. Segundo o Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) em 2014, junto com Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) os homens, continuavam ganhando mais do que as mulheres (em média, R\$ 1.831, contra R\$ 1.288, em 2014), e os homens brancos ganham ainda mais (R\$ 2.393, em 2014). (SANTOS; QUEIROZ; LUZ e OLIVEIRA, 2017).

As mulheres negras seguem na base, com renda de R\$ 946 no mesmo ano. Além do trabalho doméstico continuar sendo um dos líderes entre os postos ocupados por mulheres, concentrando 14% da população feminina, ou 5,9 milhões. Essa contradição se agrava quando vemos inclusive em relação à raça, uma vez que as mulheres negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas: 17,7%, contra 10% das brancas. (SANTOS, QUEIROZ, LUZ e OLIVEIRA, 2017).

Difícilmente mulheres negras conseguem ocupar cargos superiores, basta observar em torno da sociedade, quantas são advogadas, médicas, engenheiras, entre outros, e quantas são domésticas, cozinheiras, garis, entre outras profissões consideradas de baixo nível. Cumpre referir que, ainda quando a mulher negra consegue ocupar um cargo de prestígio, é levantado a ideia de meritocracia, no qual a mulher negra necessita provar sua capacidade intelectual, bem como a visão de que tudo depende apenas do esforço dela.

O lugar da mulher negra no trabalho está demarcado no imaginário de chefias e profissionais de recursos humanos e o gueto da subalternização e da realização de atividades manuais. Nos serviços domésticos por exemplo as negras estão representadas quase três vezes mais do que as brancas (32,5% contra 12,7%) e em atividades tais como serventes cozinheiras e lavadeiras / passadeiras o percentual para negras é o dobro do das brancas (16% contra 7,6%). (BENTO, 1995).

A luta contra a opressão e melhores condições de trabalho, bem como direitos trabalhistas decorrentes da discriminação, é essencial para que as organizações respeitem a diversidade e façam

sua parte mediante este cenário. Mesmo com os movimentos sociais e a adoção de políticas públicas para a visibilidade da mulher negra, é possível constatar diversas disparidades no ambiente de trabalho.

De antiga escrava, a mulher negra ascende à condição de empregada doméstica, quando a nação brasileira se insere numa ordem industrial competitiva, reorganizando os segmentos sociais no mercado de trabalho industrial, cabendo ao segmento negro, a execução de trabalhos manuais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira vive uma transformação da realidade vivida pela população negra, marcada pela pobreza e exclusão social. A partir disto pode-se entender os novos rumos que o movimento de mulheres negras vem tomando, atuando politicamente sobre os aspectos étnicos/raciais e sociais. Essa nova consciência tem levado estas mulheres a desenvolverem ações e criar instituições para buscarem melhoria das condições de vida, inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente maior visibilidade social.

A mulher vem ganhando espaço no mercado de trabalho remunerado, no entanto é necessário lembrar que a desigualdade se agrava quando se trata das mulheres negras, em virtude de todo preconceito ainda existente na sociedade. É fato que elas possuem os cargos mais inferiores no mercado de trabalho, uma vez que são menos qualificadas, e que os salários são ainda mais baixos do que as mulheres brancas.

A discriminação racial, infelizmente ainda é algo presente na sociedade em que se vive, no entanto, nem sempre há reflexões sobre o assunto, e exatamente para isso é necessário que cada vez mais sejam abertos espaços para debater o assunto referente as minorias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. *Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate*. Psicologia Clínica, Vol. 17. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004. Acesso em 25 de ago. de 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *A mulher negra no mercado de trabalho*. Geledés Instituto da Mulher Negra. São Paulo: 1995. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/10/16466-50750-1-PB.pdf>. Acesso em 06 de set. de 2019.

CARNEIRO, Sueli. *A mulher negra na sociedade brasileira*. Geledés Instituto da Mulher Negra; São Paulo: 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2019.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. São Paulo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

CINTRA, Soraia Veloso. *A inserção da mulher negra no mercado de trabalho: uma reflexão sobre raça e gênero*. IV Simpósio mineiro de assistentes sociais. Uberlândia/MG: 2016. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ca/ca0d78d1-2dad-49e2-8f5f-81e097144adc.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

FERNANDES, Natalhy Cristina. *Gênero e Relações étnico-raciais: as desigualdades e os desafios contemporâneos*. V Simpósio Gênero e Políticas Públicas- Universidade Estadual de Londrina: 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/VSGPP-%20GT11-%20Natalhy%20Cristina%20Fernandes%20e%20Carolina%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

IPEA. *Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004 - 2014*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27349 . Acesso em: 12 de set. de 2019.

LIMA, Márcia. *Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras*. Revista Estudos Feministas, vol. 3. Rio de Janeiro: 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16467>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

MOREIRA, Nubia Regina. *O Feminismo Negro Brasileiro: Um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: 2007.

RIBEIRO, Djamilla. *Feminismo negro para um novo marco civilizatório: Uma perspectiva brasileira*. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 15 ago. de 2019.

SANTOS, Maria Santana; QUEIROZ, Josiane Mendes; LUZ, Rafaela Araújo; OLIVEIRA, Samara Barroso. *Desigualdade de Gênero: a mulher negra no mercado de trabalho*. Universidade Federal do Pará – UFPA. Pará: 2017. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/desigualdadesdegeneroamulhernegrano mercadodetrabalho.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

SILVA, Rodrigo. Discriminação múltipla como discriminação interseccional: As conquistas do feminismo negro e o direito da Antidiscriminação. Ed. Lumen Juris. pág. 53. Rio de Janeiro: 2016.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.